



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES
DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIA DE FÁTIMA SOUZA FERREIRA

EDUCAÇÃO INFANTIL: A PROFISSIONALIZAÇÃO DA DOCÊNCIA
NO MUNICÍPIO DE REMÍGIO-PB

CAMPINA GRANDE- PB
2015

MARIA DE FÁTIMA SOUZA FERREIRA

EDUCAÇÃO INFANTIL: A PROFISSIONALIZAÇÃO DA DOCÊNCIA NO
MUNICÍPIO DE REMÍGIO-PB

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB como requisito parcial
para a obtenção do título em Licenciatura
em Pedagogia/Plano Nacional de
Formação dos professores da Educação
Básica – PARFOR.

Orientador: Prof. Ms. Francisco José Dias
da Silva

CAMPINA GRANDE-PB
2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F383e Ferreira, Maria de Fátima Souza
Educação infantil [manuscrito] : a profissionalização da docência no Município de Remígio - PB / Maria de Fátima Souza Ferreira. - 2015.
53 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Pedagogia do PARFOR EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2015.

"Orientação: Prof. Me. Francisco José Dias da Silva, Secretaria de Educação à Distância".

1.Educação infantil. 2.Professoras. 3.Docência. 4. Profissionalização. 5.Formação continuada. I. Título.

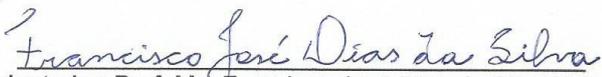
21. ed. CDD 371.12

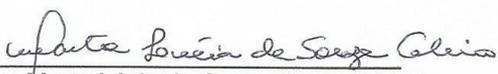
MARIA DE FÁTIMA SOUZA FERREIRA

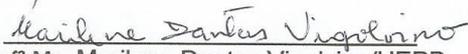
**EDUCAÇÃO INFANTIL: A PROFISSIONALIZAÇÃO DA DOCÊNCIA NO
MUNICÍPIO DE REMÍGIO/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura Plena
em Pedagogia.

Aprovada em 01/08/2015


Orientador: Prof. Ms. Francisco José Dias da Silva/UEPB
Orientador


Profª. Marta Lúcia de Souza Celino/UEPB
Examinadora


Profª Ms. Marilene Dantas Vigolvinho/UEPB
Examinadora

À minha mãe Margarida pela compreensão, apoio e contribuição na minha formação acadêmica;

Ao meu esposo Hélio que sempre me incentivou para a realização dos meus ideais, encorajando-me a enfrentar todos os momentos difíceis da vida;

Aos meus filhos, Ester de Lourdes e Isaias Miguel, que foram fonte de inspiração para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por ter me dado força, coragem, serenidade e perseverança em todos os momentos e por me possibilitar esta importante conquista em minha vida.

À minha família pelo apoio e colaboração ao longo da minha formação acadêmica.

A todos os professores que no decorrer desses três anos e meio deixaram suas marcas em minha existência.

À coordenadora Sylvania Karla, por ter coordenado esse curso com bastante compromisso, assiduidade e responsabilidade.

Ao meu orientador, professor Francisco José, por ter compreendido minhas limitações, pela paciência, atenção e incentivo para que eu pudesse dar sempre o meu melhor.

Aos meus colegas de turma pela amizade que foi construída no decorrer de todo o curso, em especial à Fabrícia Íris e Fatima Lima, pelos momentos inesquecíveis e amizade.

À todas as professoras da Educação Infantil de Remígio que educam e cuidam, respeitando e permitindo que as crianças sejam crianças.

A todos os meus amigos e amigas, presentes em todos os momentos importantes de minha trajetória profissional e acadêmica;

E finalmente, mas não menos importante, à todas as pessoas que, direta ou indiretamente, participaram desta importante etapa, tornando possível a realização deste sonho.

“A Educação qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática”.

Paulo Freire

RESUMO

Sabe-se que a Educação Infantil, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, passa a receber uma atenção especial das autoridades educacionais do país. Então, a formação docente e sua posterior profissionalização são compreendidas como uma necessidade nesse processo, haja vista serem os professores os agentes fundamentais para a construção de um padrão de ensino com mais qualidade. Este estudo fundamentado em Hermida (2009), Kramer (2002) na área da Educação Infantil e, em Nóvoa (1995), Veiga (2005) na profissionalização da docência, tem como objeto de estudo a caracterização da docência de professores neste nível de ensino pertencentes à rede de ensino municipal de Remígio, estado da Paraíba. Dessa maneira, esta monografia se justifica no sentido de se verificar as necessidades desses professores, compreendendo a formação continuada como sendo um dos requisitos de continuidade na formação profissional docente, fazendo com que os envolvidos possam dar sequência à sua profissionalização. Na intenção de atingir os objetivos propostos, a pesquisa, do tipo *qualitativa-descritiva*, foi realizada de forma empírica com 30 professoras. Ao final deste estudo, o que se percebe de mais evidente na fala das professoras pesquisadas, diz respeito a uma necessidade de formação continuada sequenciando a profissionalização da docência e, por que não dizer, se atualizando para os desafios que estão por vir.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Professoras. Docência. Profissionalização. Formação Continuada.

ABSTRACT

It is known that early childhood education from the Law of Directives and Bases of Education - LDB 9394/96, shall receive special attention of educational authorities of the country. Then, teacher training and their subsequent professionalization are understood as a necessity in this process, given the teachers are the key actors for the construction of an educational standard of higher quality. This study based on Hermida (2009), Kramer (2002) in the area of early childhood education, and Nóvoa (1995), Veiga (2005) in the professionalization of teaching, has as its object of study to characterize the teaching of teachers in this school level belonging to the local school network Remígio, state of Paraíba. Thus, this monograph is justified in order to verify the needs of teachers, including continuing education as one of continuity requirements in teacher training, so that those involved can be taken on its professionalization. In an attempt to achieve the proposed objectives, the research, the qualitative-descriptive, was conducted empirically with 30 teachers. At the end of this study, which can be seen most clearly in the speech of teachers surveyed, it concerns a need for continuing education sequencing the professionalization of teaching and, why not say, catching up to the challenges that lie ahead.

Keywords: Early Childhood Education. Teachers. Teaching. Professionalisation. Continuing training.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 OS ESTÁGIOS E O OLHAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	13
1.1 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR.....	13
1.2 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	15
2 O QUE É EDUCAÇÃO INFANTIL	20
2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	22
2.2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL DE ACORDO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	25
3 A FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL	29
4 A PROFISSIONALIZAÇÃO DA DOCÊNCIA	33
5 FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	37
6 METODOLOGIA	40
6.1 O CONTEXTO EMPÍRICO DA PESQUISA	40
6.1.1 Os sujeitos da pesquisa	40
6.1.2 Tipo de pesquisa	40
6.1.3 Instrumento utilizado	42
7 ANÁLISE DOS RESULTADOS	45
7.1 RESPOSTAS DAS DOCENTES NAS QUESTÕES FECHADAS.....	45
7.2 RESPOSTAS DAS DOCENTES NAS QUESTÕES ABERTAS	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a Educação Infantil, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, passa a receber uma atenção especial. Então, a formação docente e sua posterior profissionalização são compreendidas como uma necessidade nesse processo, haja vista serem os professores os agentes fundamentais para a construção de um padrão de ensino com mais qualidade pelo desenvolvimento das competências destes profissionais.

Este estudo é resultado de uma pesquisa na área da Educação Infantil tendo como objeto de estudo a caracterização da docência de professores neste nível de ensino pertencentes à rede de ensino municipal de Remígio, estado da Paraíba.

Partindo desse cenário, esta monografia se justifica no sentido de se verificar as necessidades desses professores, que a formação continuada venha a ser motivo de continuidade na formação profissional docente, fazendo com que os envolvidos possam dar sequência à sua profissionalização.

Dessa maneira, é **objetivo geral** deste trabalho *apresentar as dificuldades encontradas por professores no trabalho com a Educação Infantil no município de Remígio-PB.*

Nessa perspectiva, são **objetivos específicos** desta pesquisa:

Caracterizar o perfil de professores que atuam nas escolas de Educação Infantil;

Compreender a prática pedagógica de docentes nas creches e escolas de Educação Infantil na cidade de Remígio-PB;

Identificar nos professores a necessidade de formação continuada sequenciando a profissionalização da docência.

Na intenção de atingir os objetivos propostos, a pesquisa foi realizada de forma empírica com 30 professoras. Optou-se pela realização de uma pesquisa do tipo *qualitativa-descritiva*.

Este trabalho está organizado em sete capítulos:

No primeiro, *OS ESTÁGIOS E O OLHAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL*, são descritos a vivência experimentada nos Estágios Supervisionados do Curso de

Pedagogia, onde pude compreender o interesse em aprofundar um estudo na área da educação infantil.

O segundo capítulo *O QUE É EDUCAÇÃO INFANTIL* apresenta-se a formatação deste nível de ensino na escola brasileira, sua compreensão e o cabedal da legislação vigente.

No terceiro capítulo *A FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL* são informados os processos de formação de professores, desafios e possibilidades.

O quarto capítulo *A PROFSSIONALIZAÇÃO DA DOCÊNCIA* registram-se a necessidade de uma nova compreensão profissional docente por parte dos profissionais, desde a sua identidade até ações que os levem a uma ação educativa mais consistente e valorizada pela sociedade.

No capítulo 5, *FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL* são evidenciados a necessidade de um aprofundamento na ação docente do professor da Educação Infantil diante dos desafios impostos pela sociedade à sala de aula neste nível de ensino.

Sequenciando, no capítulo 6 *METODOLOGIA*, são apresentados o percurso metodológico. Aqui são descritas as etapas da pesquisa, bem como a construção do questionário e a sua efetivação.

No sétimo capítulo, *ANÁLISE DOS RESULTADOS*, são expostos os resultados desta pesquisa empírica, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, sob a fundamentação teórica dos autores que deram consistência a este estudo.

1 OS ESTÁGIOS E O OLHAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Apresentarei neste momento as minhas experiências nos estágios de Gestão Escolar, Educação Infantil e Ensino Fundamental, onde tive a oportunidade de analisar a realidade educacional, observando o funcionamento e a organização da Instituição Escolar.

O Estágio Supervisionado é um dos momentos mais importantes para a formação profissional, pois temos a oportunidade de tornar concretas nossas teorias, observando determinadas práticas através de conversas com profissionais mais experientes, pois de acordo com Andrade (2005, p. 2):

É, portanto, o Estágio, uma importante parte integradora do currículo, a parte em que o licenciando vai assumir pela primeira vez a sua identidade profissional e sentir na pele o compromisso com o aluno, com sua família, com sua comunidade, com a instituição escolar que representa sua inclusão civilizatória, com a produção conjunta de significados em sala de aula, com a democracia, com o sentido de profissionalismo que implique competência - fazer bem o que lhe compete.

Nesse sentido, foi observando durante os três estágios, que pude perceber a sua importância no processo de formação profissional docente e o valor das minhas experiências práticas ligadas aos conhecimentos teóricos que adquiri durante a graduação. Portanto, o estágio deve proporcionar uma mudança da prática pedagógica do professor, pois muitas vezes queremos ser meros copiadores das práticas existentes e deixamos de contribuir com o que temos de melhor que é o nosso conhecimento.

1.1 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR

Minha primeira experiência foi o estágio em Gestão Escolar sob a Supervisão da Prof. MsEdilazir Lopes da Cunha na Escola Municipal de Ensino Fundamental Julia Vitória no município de Remígio/PB. O estágio foi realizado com um grupo de sete estagiários que foi dividido em dois subgrupos de quatro e três pessoas respectivamente. O objetivo do estágio era observar o modelo de gestão

adotado pela escola, conhecer sua rotina, observar o funcionamento da gestão e também dos demais funcionários. Visitamos a escola algumas vezes, conversamos com a gestora e outros funcionários sobre o funcionamento administrativo e pedagógico da escola.

Com relação à observação e entrevista com a gestora, identificou-se que a mesma é professora efetiva do município e da escola e estar como gestora indicada pelo gestor municipal, é licenciada em Pedagogia pela UEPB e especialista em Educação Infantil.

As atividades do seu cotidiano profissional na escola são: atender alunos, pais, pessoas que vem a escola para pedir informações ou serviços da escola; verificar a frequência dos alunos e funcionários; resolver as burocracias (consertos em equipamentos, estrutura física, fazer e responder ofícios, problemas de relacionamento entre alunos, merenda escolar entre outros).

Os problemas mais relevantes e desafios que a mesma enfrentou nessa função foram: lidar com problemas entre alunos, fazer com que a escola funcione bem e que cada integrante cumpra sua função.

Também foi observado que a escola dispõe de um amplo espaço físico, porém é inadequado para as atividades de lazer. A relação da escola com a comunidade é de extrema importância, pois a mesma desenvolve um excelente trabalho na área educacional, quanto às atividades socioculturais a mesma participa ativamente dos eventos cívicos e sociais. Durante o período de observação ficou constatado que todos trabalham em perfeita harmonia para o bom funcionamento da escola, os funcionários são sempre pontuais procurando cumprir cada um com sua tarefa.

Durante o estágio, ocorreram frequentes conversas nos momentos de intervalo com professores que lecionavam na escola e os mesmos socializavam suas experiências, mostrando suas dificuldades de trabalho. A partir daí surgiu uma necessidade de contribuir para melhorar alguns problemas da nossa Educação pública.

Observando o comportamento dos alunos e também de alguns professores, percebi a preocupação que os docentes tinham em querer dar uma educação de qualidade a sua clientela, percebi a falta de materiais adequados e a estrutura que pouco ajudava, além de que os alunos eram bem trabalhosos e barulhentos, porém tinham interesse pelo diferente. Tudo isso me inquietou e passei a olhar para a

escola, professores e alunos com outros olhos; entendi que é preciso vivenciar, participar e se engajar para colaborar com qualquer mudança.

Com relação ao Projeto Colaborativo que tínhamos que entregar a escola, pedimos a opinião da gestora e ela sugeriu que fizéssemos um trabalho sobre Bullying, pois alguns alunos apresentavam problemas que se caracterizava como Bullying. O nosso projeto foi iniciado com a colaboração de todos os componentes do grupo com ideias, fotos, textos retirados da internet, livros e relatos vivenciados em sala de aula.

Observamos a reunião de pais e mestres, planejamos algumas atividades que foram desenvolvidas pelos alunos de acordo com o tema, por fim, o encerramento do nosso estagio se deu com a socialização do Projeto Colaborativo, na presença da comunidade escolar.

A partir do que observamos no estágio de Gestão Escolar, deixamos algumas sugestões como contribuição para a escola. A primeira sugestão foi com relação à indisciplina por parte dos alunos, onde a gestão juntamente com o conselho escolar deviam conversar com os pais a respeito do regimento interno da escola e da parceria que a família deve ter com a escola; e a outra sugestão foi sobre o Bullying: sugerimos que a escola promovesse palestras conscientizando os alunos sobre os possíveis traumas acarretados na vida da criança ou adolescente e oportunizar a presença dos pais na escola para acompanhar de perto o desenvolvimento do seu filho e poder contribuir nos mais diversos campos de conhecimento.

O estágio me mostrou a importância do que realmente é ser um profissional na área de educação e apesar de que naquele momento, eu estava vivenciando um estágio em gestão, o meu olhar já estava sendo para a educação Infantil, haja vista pela inquietação que já se dava por querer fazer uma pesquisa neste nível de ensino.

1.2 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Reconhecendo o estágio como uma ferramenta importante na vida profissional do estudante, tive a oportunidade de fazer o segundo Estágio em Educação Infantil. Realizei na Creche Municipal Professora Socorro Viana na cidade

de Remígio / PB, sob a Supervisão da Prof. Esp. Ruth B. Araújo Ribeiro. O objetivo desse estágio foi mostrar que a prática docente deve ser prazerosa, dinâmica e eficiente, propiciando as crianças uma aprendizagem significativa despertando o interesse, a criatividade e o prazer nas realizações das atividades propostas.

O estágio contou com três momentos: o primeiro momento foi destinado aos estudos teóricos e construção do plano anual e do projeto de trabalho, o segundo momento foi à observação da rotina escolar e da sala de aula escolhida para a prática das aulas e o terceiro momento foi a prática letiva a partir da aplicação do projeto de trabalho.

A realização do estágio proporcionou uma aproximação maior com a sala de aula, um maior entendimento de como ocorre o ensino-aprendizagem e o relacionamento professor-aluno, teoria e prática. O estágio trouxe uma percepção maior do quanto é necessário o educador adotar algumas normas práticas para a direção de classe, entre elas o fato de que é preciso compreender os problemas de cada criança. Segundo o RCNEI (1998, vol.1, p.23):

Educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser, estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito, confiança e o acesso pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

Nesse sentido, o Referencial Curricular Infantil apresenta um conceito claro em defesa a teoria construtivista e na construção do conhecimento, utilizando-se de conhecimento da criança em função do processo ensino aprendizagem. Portanto, o processo de interação entre conhecimentos envolve também vivências em espaços escolares e troca de experiências entre professores, alunos e a sociedade, tendo em vista a construção do conhecimento científico para além do espaço escolar.

Para Vygotsky a aprendizagem se dá através da interação com outros indivíduos. A psicologia da Educação e Aprendizagem reforça essa tese. “Não é possível aprender e aprender sobre o mundo, sobre as coisas, se não tiver o outro,

ou seja, é necessário que alguém atribua significado sobre as coisas, para que possamos pensar o mundo a nossa volta”. (SILVA, 2007, P.12).

A principal tarefa do professor é, portanto, interferir no que Vygotsky chamou de Zona de Desenvolvimento Proximal. “A Zona de Desenvolvimento Proximal é a distância entre aquilo que o ser humano consegue fazer sozinho e o que ele consegue desenvolver com a mediação do outro.” Silva (2007, p. 13). É partir dos saberes que o indivíduo já possui que o professor deve começar a educá-lo formalmente, ou seja, intervir na Zona de Desenvolvimento Proximal.

É preciso despertar nas crianças o desejo de querer aprender através de atividades lúdicas e outras atividades que desperte o seu conhecimento, por isso é importante que o professor tenha pleno domínio sobre os conteúdos explanados em sala de aula, onde com a troca de experiências, ambos realizem essa construção dos saberes de forma prazerosa e com resultados significativos, pois é através do lúdico que o professor desenvolve atividades que além de alegres, ensina aos alunos a diferenciar valores éticos e morais, formando cidadãos conscientes dos seus deveres e responsabilidades.

Portanto, as atividades envolvendo ludicidade contribuem e muito para o aprendizado dos alunos e motiva o professor para que possa dinamizar suas aulas desenvolvendo o interesse dos alunos e estimulando os mesmos para que sejam pensantes questionadores e não apenas repetidores de informações.

O Estágio Supervisionado em Educação Infantil me proporcionou uma experiência muito proveitosa e enriquecedora, pois tive a oportunidade de vivenciar e aplicar na prática o conhecimento teórico adquirido na formação acadêmica, permitindo dessa maneira fazer uma análise crítica e reflexiva sobre a Educação Infantil. Com base nas minhas observações afirmo que muito precisa ser feito para que a escola pública de Educação Infantil ofereça melhores condições de atendimento.

Durante o estágio, vi o carinho e a dedicação dos profissionais com as crianças, e percebi o quanto é importante para o desenvolvimento cognitivo de cada uma delas. Aprendi como me relacionar no ambiente de trabalho para que tanto o meu rendimento como o delas fosse o melhor possível. Acredito que durante o período de estágio eu pude obter um amadurecimento tanto profissional quanto pessoal que será extremamente importante para mim.

Enfim, esse estágio me fez perceber aquilo que na teoria e na prática eu já sabia, confirmou que a Educação Infantil é muito mais que cuidar das crianças, é sim cuidar e educar porque esse é um momento inesquecível de formação cidadã que exercerá influencia em todo o decorrer da vida das crianças e principalmente do educador.

O terceiro estágio foi o Estágio Supervisionado em anos iniciais do Ensino Fundamental. Foi realizado na Escola Municipal Professora Gercina Eloy Freire sob a Supervisão do Prof. Ms. Francisco José Dias da Silva e o objetivo foi vivenciar a prática docente nas séries iniciais do Ensino Fundamental I, oportunizando confrontar teoria e prática.

Observei que a área e o espaço que dispõe a escola não satisfazem as necessidades da clientela, possui pouco espaço interno, suas salas estão superlotadas e ainda não tem um espaço adequado para as atividades escolares extras que são desenvolvidas pelos alunos. A escola possui um anexo para assistir uma parte dos alunos, porém o espaço físico precisa melhorar.

Durante o tempo destinado a observação, percebi o excelente preparo da professora da sala em que estagiei, a mesma conseguiu fazer seu trabalho de forma dinâmica e prazerosa, apesar da limitação dos recursos que a escola tem e a quantidade de alunos ser grande, todo o tempo atuava como mediadora do conhecimento, de forma que os alunos aprendiam e não apenas recebiam conhecimento, pois o professor além de ser educador e transmissor do conhecimento, deve atuar como mediador.

A educação constitui-se em um ato coletivo, solidário, uma troca de experiências, em que cada envolvido discute suas ideias e concepções. A dialogicidade constitui-se no princípio fundamental da relação entre educador e educando. O que importa é que os professores e os alunos se assumam epistemologicamente curiosos (FREIRE, 1998, P. 96).

Nesse sentido, pude perceber através desse estágio que o trabalho do professor nas séries iniciais e o relacionamento com os alunos são de afetividade ainda, onde o aluno também constrói seu papel enquanto estudante e interage com seu professor de maneira não tão lúdica como antes, agora como um cidadão crítico e reflexivo.

Na Educação Infantil, o brincar estava presente na organização das rotinas diárias, onde esse brincar era voltado para adaptação da língua escrita engajando-se em diversos acontecimentos de letramento. Já no Ensino Fundamental o brincar ficou em segundo plano e as responsabilidades aumentaram com relação ao ensino aprendizagem, daí observou-se um a falta de interesse das crianças pelo brincar e a responsabilidade do letramento. Para Freire (1996, p.31):

Um educador precisa sempre, a cada dia, renovar sua forma pedagógica para, da melhor maneira, atender a seus alunos, pois é por meio do comprometimento e da “paixão” pela profissão e pela educação que o educador pode, verdadeiramente, assumir o seu papel e se interessar em realmente aprender a ensinar.

As experiências vivenciadas pelas crianças na educação infantil são um tanto quanto diferentes da realidade do ensino fundamental, é fundamental que haja uma relação entre a educação infantil e o ensino fundamental a fim de quebrar a ruptura existente atualmente, pois temos que introduzir uma parceria entre esses dois seguimentos tão importantes da Educação Básica.

Desta forma, com o fim dos três estágios, senti a necessidade de investigar mais a fundo sobre a Educação Infantil, visto que ela não se resumia apenas a um espaço onde os alunos são deixados para serem cuidados enquanto seus pais trabalham. Hoje sabemos que o contato das crianças com os educadores contribui para seu aprendizado futuro.

A Educação Infantil é o verdadeiro alicerce da aprendizagem, pois melhora o desempenho escolar e a criança chega no Ensino Fundamental mais preparada. Por isso, o professor deve ter a responsabilidade e o compromisso com sua profissão sem esquecer que é fundamental trabalhar com amor, pois só assim haverá mudanças na educação do nosso país.

2 O QUE É EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é uma preocupação constante para todos os envolvidos no processo educacional. Ela se caracteriza pelas disposições do aluno de se socializar e ampliar experiências que terá acesso na escola, de modo que as crianças em desenvolvimento não mais ocupam um lugar desconhecido, mas sua relevância tem sido cada vez mais compreendida, ao perceber-se que é na infância que se desenvolvem as características mais importantes para o equilíbrio e inteligência do adulto.

A história da Educação Infantil nas sociedades antigas mostra que a criança era vista como um adulto em miniatura, onde o carinho não existia e na maioria dos casos, a criança era criada por outra pessoa, longe dos pais. Algumas mudanças aconteceram lentamente, onde a criança passou a ser vista de forma diferente, como um ser divertido e inocente.

Com a ideia de que era preciso conhecer as crianças para compreendê-las e a partir dos seus erros, corrigir suas falhas, surgiu outra visão de infância, onde a criança que não era percebida passa a ter um papel importante no meio familiar. No entanto, os meninos aos onze anos iam servir ao exército e as meninas limitavam apenas a aprender afazeres domésticos onde sua formação era exclusivamente familiar e com doze anos eram tratadas como adultas.

No século XVIII a era da Revolução Industrial as famílias começaram a ter consciência da particularidade infantil, onde passaram a diferenciar a criança do adulto. Havia uma preocupação com as crianças e desde então surgiram às primeiras propostas educativas contemplando a educação infantil. A partir dos séculos XIX e XX, a infância começa a ocupar um lugar de destaque e surgem as primeiras instituições direcionadas ao atendimento de crianças pequenas.

Muitos autores se destacaram no desenvolvimento da Educação Infantil, dentre eles: Comênius, Rousseau, Pestalozzi, Decroly, Froebel, Montessori entre outros, desenvolvendo seus ideais sobre educação e incluindo a educação para a infância. Muitos deles estavam preocupados com as questões sociais relativas às crianças que estavam em situações críticas e reconheciam que essas crianças tinham necessidades próprias e se diferenciavam dos adultos.

Comênius é reconhecido como o maior educador e pedagogo do século XVII e um dos principais pensadores da história da Pedagogia. O mesmo ao

apresentar a Didática Magna, contribuiu para a universalização da escola e o ensino coletivo, além de dividir em quatro períodos considerando os anos de desenvolvimento, dentre eles estão: a infância, puerícia, adolescência e juventude, onde cada período durava seis anos, além de se preocupar com o aprendizado da criança também apresentou aspectos importantes para o desenvolvimento de propostas educativas para a infância.

Rousseau foi um dos primeiros filósofos a defender a ideia de que a infância é um período específico no desenvolvimento humano. As contribuições dele foram de grande importância, pois ele afirmava que as crianças pensam de maneira diferente dos adultos e também defendia práticas educativas nas quais elas mesmas pudessem explorar o mundo com mais autonomia, enfrentando seus medos e buscando soluções que fossem de fato interessantes.

Na mesma linha, no início do século XIX, o alemão Froebel foi um dos primeiros educadores a considerar o início da infância como uma fase de importância decisiva na formação das pessoas. Para ele as brincadeiras são o primeiro recurso no caminho da aprendizagem, não é apenas diversão, mas um modo de criar representações do mundo concreto com a finalidade de entendê-lo. Em toda sua metodologia, Froebel deixa claro que é por meio da arte que o homem, desde a mais tenra idade tenta expressar-se.

No fim do século XIX o médico francês Ovide Decroly mostrou que a educação tem que ser centrada no aluno e não no professor. Observando os métodos de ensino de sua época, criou um modelo contrário um modelo não autoritário e não religioso. Em sua pedagogia, dá uma atenção para crianças deficientes mentais. Por isso ele transita da medicina para a educação.

Para Decroly a educação deveria preparar para a vida em sociedade ao invés de fazer uma preparação apenas para a profissionalização dos alunos, de maneira que sua formação fosse apenas para o trabalho. Para ele, o aluno deveria conduzir seu próprio aprendizado, ele chamava de aprender a aprender.

Os três autores mostram que o fundamento da educação de uma criança estaria na própria natureza: a necessidade é que gera o interesse e é ele que leva o conhecimento. Este pensamento influenciou a Educação infantil de modo a deixar suas marcas em propostas curriculares até hoje.

Outro autor que influenciou nas mudanças da concepção de infância, foi Pestalozzi, considerado o “educador da humanidade”. Influenciado por Rousseau,

preocupou-se com a formação do homem natural, buscou unir esse homem a sua realidade histórica. Foi considerado um dos precursores da nova educação, ressaltou a importância de definir a educação em função das necessidades de crescimento e desenvolvimento da criança.

Para Pestalozzi a família constitui a base de toda a educação por ser o local em que encontramos o afeto e o trabalho comum. Dedicou-se a criação do jardim de infância, a formação de professores e a elaboração de métodos e criação de materiais concretos para que a criança os sentisse em vez de ouvir falar dele.

Maria Montessori foi à primeira mulher italiana a se tornar médica. Através da profissão, conheceu o internato do hospital psiquiátrico da universidade e pode observar muitas crianças que tinham distúrbios mentais e/ou dificuldades de aprendizagem e acabou concluindo que muitas daquelas crianças precisavam não de um hospital psiquiátrico, mas de uma escola para que pudessem desenvolver suas habilidades.

Ela observou que as crianças de sua época eram criadas sem direito a liberdade, em um universo planejado para adultos, tanto que as crianças eram vestidas como eles. Na escola a lousa era da altura do adulto e não da criança. Ela foi a responsável pela criação de mobiliário adequado ao tamanho das crianças para dar-lhes condições de explorar melhor os ambientes na educação infantil.

Através de suas pesquisas, ela percebeu que não existiam crianças “incompetentes para aprender”, mas sim um sistema de ensino que não levava em consideração a capacidade e o potencial criativo das crianças. Ela não foi apenas uma boa educadora e cientista, ela soube agir com amor e firmeza, sempre pensando no que era melhor para as crianças.

Muito do que esses pensadores trouxeram para a Pedagogia ainda está presente no trabalho da Educação Infantil, pois foi com as ideias deles que chegamos à concepção de infância que temos hoje, ainda que muitos educadores não saibam disso.

2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

No Brasil até meados do século XIX, não existia o atendimento de crianças em creches ou jardim de infância. Porém, a partir da segunda metade do século XIX

a situação se modificou, foi criado um movimento de proteção à infância. Segundo Oliveira et al (2012, p. 21):

No âmbito do legislativo, o debate considerava que, se os jardins de infância tinham objetivos de caridade e destinavam-se aos mais pobres, não deveriam ser mantidos pelo poder público, mas ficar sob a caridade das famílias afortunadas.

A infância se destaca quando surgem em 1875 no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo os primeiros jardins de infância sob os cuidados de entidades privadas. Com a inserção da mulher no mercado de trabalho houve algumas mudanças na vida doméstica e passaram a reivindicar a criação de creches, escolas maternais e parques infantis para o atendimento das crianças durante seu trabalho.

Nas décadas de 20 e 30 houve uma industrialização desestruturada, onde houve perigo de epidemias e a creche seria uma solução para possibilitar o crescimento saudável da criança. Esse discurso foi se modificando, pois alguns grupos sociais buscavam evitar a marginalidade e a criminalidade dos jovens e crianças carentes.

Com isso surgiu o Movimento da Escola Nova, onde alguns intelectuais propunham a disseminação de praças de jogos nas cidades, a semelhança dos jardins de infância de Froebel. No entanto, o debate sobre a renovação pedagógica era mais aos jardins de infância do que aos parques infantis e outras instituições que atendiam crianças carentes.

O dinamismo do contexto sociopolítico e econômico do início da década de 60 trouxe uma mudança importante para a área: A primeira LDB promulgada como Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61), pela primeira vez, incluindo os jardins de infância no sistema de ensino. A referida lei estabelecia que Art. 23 “A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternais ou jardins de infância”.(BRASIL, 1961).

Embora tenham sido incluídos os jardins de infância em registro legal percebemos que não seriam exclusivamente da alçada do poder público. Desta forma a educação infantil continuaria como vinha sendo oferecida e isso perdurou por muito tempo até que com a Constituição Federal de 1988, que garantiu pela

primeira vez na história que a educação infantil fosse garantida ao direito de frequentarem a creches e pré-escola crianças de 0 a 6 anos.

O art. 208, inciso IV, afirma que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento em creche e pré-escola as crianças de zero a seis anos de idade” (CF, 1988).

Em 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente que veio reafirmar no capítulo IV, artigo 54, inciso IV o direito das crianças de 0 a 6 anos de idade ao atendimento em creches e em pré-escola.

Com a lei de diretrizes e Bases da educação 9394/96, a educação infantil passou a fazer parte do sistema nacional de ensino, ficando referenciada como a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos de idade, definindo no título V, capítulo II, seção II, Art. 30 que a educação infantil será oferecida em: “I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade. II– pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade” (BRASIL, 1996).

A educação infantil passa por grandes mudanças ao longo dos anos e uma alteração é feita na Lei onde os pais devem matricular as crianças a partir dos quatro anos de idade na pré-escola. Anteriormente como referida acima, os pais eram obrigados a colocar as crianças na escola a partir dos 6 anos. Alteração foi feita na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) por meio da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 05/04/2013. Essa regulamentação oficializa a mudança feita na Constituição por meio da Ementa Constitucional nº59 em 2009. Em seu Art. 6º “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos quatro anos de idade”. Segundo a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, “a educação infantil, tem como finalidade o desenvolvimento integral a criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Outro documento elaborado que reforça a importância da educação infantil é o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) esse documento foi elaborado em 3 volumes. O 1º volume é uma introdução, o 2º volume fala da formação pessoal e social e o 3º sobre conhecimento de mundo. Esse documento surgiu com o compromisso de desenvolver a educação infantil apontando caminhos para que os professores possam desenvolver um trabalho com maior desenvoltura e

eficácia, atendendo de fato as necessidades da criança. O RCNEI é importante, pois é uma forma de trabalhar com planejamento direcionado ao trabalho a ser realizado dentro de sala de aula. Segundo o RCNEI (1998, vol. 1, p. 13).

Este documento constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras.

Este documento também sugere a experiência de vivências prazerosas nas instituições de ensino, além de reconhecer a importância do prazer, do lúdico, no ambiente da experiência educativa, suas concepções para a educação são: criança; educar; cuidar; brincar; aprender em situações orientadas.

A LDB foi promulgada para dar uma alavancada, organizar um direcionamento importante na educação brasileira, estipulando a necessidade de professores infantis terem o curso superior, inclusive do ensino fundamental, mas a principal mudança foi à incorporação das creches. Logo após a promulgação da LDB, a creche e a pré-escola passaram pela primeira vez a ter seu financiamento previsto em lei, ao lado das demais etapas da educação básica. As creches estão, aos poucos, adquirindo espaço próprio em muitas redes públicas, com sua inclusão nos programas de formação em serviço, supervisão pedagógica, reformulação curricular e nos programas de alimentação escolar e distribuição de materiais pedagógicos, entre outras medidas.

Essa alteração trazida pela LDB vem de encontro com as ideias piagetiana, segundo Piaget: “o aprendizado se dá por interação entre duas estruturas internas e contextos externos”. Devendo as redes de ensino preparar as crianças para ingressar não só para o ensino fundamental, mas observar e trabalhar as crianças em sua individualidade, ou seja, em seu contexto interno e externo. E de acordo com a neurobiologia, o desenvolvimento mais acentuado da estrutura cerebral (volume e maturação cerebral) ocorre nos primeiros anos de vida. Conseqüentemente, este é um período sensível ao desenvolvimento da criança.

2.2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL DE ACORDO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir a criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito a proteção, a saúde, a liberdade, a confiança, ao respeito, a dignidade, a brincadeira, a convivência e a interação com outras crianças e devem respeitar os seguintes princípios:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e as diferentes culturas, identidades e singularidades.

Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

(Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, resolução CNE/CEB nº 05/09 artigo 6º).

Esses princípios são reconhecidos no investimento em espaços, rotinas e vivências que desenvolvam a emoção de crianças e adultos que convivem em uma instituição de Educação Infantil que busca confirmar a organização pedagógica de maneira lúdica, valorizando a criatividade das crianças e sua particularidade. Princípios éticos, políticos e estéticos tornam-se verdadeiros na vida das crianças por meio da imersão em um ambiente educativo e da vivência de determinadas práticas sociais.

Segundo o artigo 9º da Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) as práticas pedagógicas devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira e garantir experiências que promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem ritmos e desejos da criança. Devem favorecer a imersão das crianças nas diferentes linguagens e no progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão.

Nesse sentido, devem também possibilitar experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita que alarguem seus padrões de referência e de identidade no diálogo e conhecimento da diversidade. Faz-se necessário que as crianças recriem medidas, formas e orientações espaço

temporais, enfatizando a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas.

O produto destas relações, devem levar os discentes à exploração, e questionamento, promovendo uma relação de interação e sociabilidade com diversificadas manifestações de música e artes, de uma maneira geral, garantindo a aquisição do conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

Porém, essas práticas educativas são oferecidas com alguns critérios, elas devem ser preparadas de acordo com o projeto pedagógico da escola de Educação Infantil. Para responder como a creche ou pré-escola pode organizar todas as experiências e como articulá-las as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil orientam que:

As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências. (Parecer CNE/CEB nº 20/09).

Isso implica que cada instituição de Educação Infantil deverá realizar um estudo envolvendo as características da sua comunidade e o papel da instituição na mesma. As crianças estão atentas todo o tempo e os professores na suas atitudes deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e a discriminação;
A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência - física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.

Quando a instituição assume valores mais positivos com as diferenças culturais e promove a igualdade de tratamento, ela está ampliando as referências das crianças sobre os diferentes grupos culturais, seus valores, padrões de beleza. Para que crianças brancas e negras, assim como outras culturas, possam ter

experiências positivas é fundamental que o professor insira os valores a serem trabalhados nos recursos e materiais que a instituição disponibiliza.

Assim, cabe aos docentes, propor oficinas ou projetos, pois os valores estão presentes num ambiente educativo e que devam assegurar às crianças condições de conforto para que a aprendizagem e o desenvolvimento se deem de forma satisfatória, de maneira que enriqueça a trajetória e ajude cada criança a construir sua história pessoal.

Ainda segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as instituições de Educação Infantil devem criar orientações para acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano, utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.).

Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve estudar formas para assegurar a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as individualidades etárias, sem antecipação de conteúdo.

3 A FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Formação Docente na Educação Infantil tem sido assunto de reflexões no contexto mais amplo dos debates intensos dos últimos anos, incluindo a recuperação da individualidade do profissional de ensino, o seu papel no processo ensino/aprendizagem e no papel da ação da escola. Os conceitos sobre Formação Docente na Educação Infantil estão desse modo, ligadas à função que lhe é concedida no crescimento educativo das crianças, da mesma maneira que a compreensão de criança, de infância, de educação, de professor e de formação.

Entender como se apresentam na atualidade, implica analisar como tem sido desenvolvida histórica e culturalmente, especificamente relacionadas aos contextos sociais, econômicos, políticos e ideológicos de cada tempo e lugar.

De acordo com Libâneo (1994), ensinar significa planejar, organizar, direcionar e avaliar as atividades de estudo dos alunos, isso nos leva a pensar que, para responsabilizar-se por tão complexa função, deve-se investir na formação de professores permitindo-lhes falar de economia e educação e também utilizar recursos tecnológicos como forma de contribuir para o aprendizado, porém essas competências nem sempre foram solicitadas pelos professores.

Observando a educação tradicional, constata-se que o papel dos professores era reproduzir o sistema vigente, embora o professor fosse privilegiado, não exigia além da formação inicial, pois o conhecimento era considerado como algo pronto e acabado.

Hermida (2009) afirma que em 1996 a LDBEN fala sobre a formação de docentes, a Lei determina, no artigo 62, que para atuar na educação básica é preciso nível superior em universidades ou institutos superiores de educação, admitindo como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil, bem como nas primeiras quatro séries do Ensino Fundamental, a de nível médio, na modalidade Normal.

O Plano Nacional de Educação construiu algumas metas para valorizar a Formação Docente, em meios às quais ficam em evidencia: a formação inicial, as condições de trabalho, salário e carreira e a formação continuada, entre elas, estabelece como meta um Programa Nacional de Formação dos Profissionais de Educação Infantil para garantir que todos os dirigentes de instituições deste nível de ensino possuam no prazo de cinco anos, formação em nível médio e, em dez anos,

nível superior. As exigências descritas implicam retorno à escola por parte dos profissionais de Educação Infantil que não concluíram o Ensino Fundamental e Médio, por meio de programas supletivos especiais, e também de programas de formação em serviço.

Em 1998, o MEC publicou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECNEI), uma contribuição para o professor de Educação Infantil onde traz um conjunto de reflexões, cujo objetivo é servir de subsídio para a construção das propostas curriculares, mas que não deve ser entendido como um manual a ser seguido.

O Referencial reforça que as creches não devem ser simplesmente espaços de cuidados com a criança e que as pré-escolas não se limitem a preparar para a alfabetização, isto é, o cuidado e aprendizado devem estar integrados desde o início e tem como sugestão que o trabalho seja articulado em três eixos: a brincadeira, o movimento e as relações afetivas que as crianças desenvolvem. O Referencial também traz como proposta o número adequado de crianças por educador de acordo com a faixa etária e sugestões sobre o relacionamento da escola com as famílias, integrando-as ao cotidiano e ao trabalho da instituição.

Na qualidade de educação, o docente precisa ser bem formado e conseqüentemente bem remunerado, pois sabemos que o professor deve ser a essência, sendo sempre valorizado, pois o reconhecimento do profissional parte de uma boa formação, onde uma boa remuneração é apenas consequência. Os conhecimentos priorizados a serem estudados pelo professor são aqueles do pensamento reflexivo, isto é, de nada adianta ter teorias de aprendizagem se as mesmas não servem para identificar as dificuldades das crianças.

Estes conhecimentos só ajudarão a partir do momento que o professor conseguir juntar sua intuição com a criatividade e ensinar refletindo a sua prática, pois o professor tem que unir seus saberes teóricos e práticos para resolver algumas situações que se colocam durante o seu trabalho.

As principais competências do educador infantil são: a capacidade de lidar com situações novas, a agilidade para transformar situações rapidamente, pois as respostas das crianças são instantâneas seja positiva ou negativa, e a solução de algumas situações de forma segura e harmoniosa, pois o professor trabalha com um público que sempre depende de suas decisões.

A divisão entre o cuidar e o educar tem gerado uma inquietação em alguns profissionais, pois ainda não estão preparados para efetuar as duas tarefas simultaneamente e acabam dando mais importância ou ao cuidar ou ao educar, esquecendo que é importante o equilíbrio para acompanhar a formação do aluno. Esta característica é específica da Educação Infantil, onde o educador complementa o papel da família, tornando indissociável o cuidar e o educar.

É fundamental que o educador infantil compreenda a importância dessa união, pois apesar do fortalecimento da função do educador infantil, ainda hoje muitos profissionais preferem trabalhar com o Ensino Fundamental, o que se torna um prejuízo para a Educação Infantil.

Essa discriminação é o legado da visão que o mundo tinha da Educação Infantil porém, apesar do preconceito existente, as mudanças que ocorreram por meio da legislação trouxeram outro olhar sobre o papel do educador infantil, mostrando que a Educação Infantil além de preparar e ensinar as crianças tem que mediar e facilitar o desenvolvimento de habilidades e competências de acordo com a sua faixa etária.

Seguindo a linha de pensamento de Kramer (2002), constata-se que no cenário de Educação Infantil os momentos de avanços e retrocessos são vivenciados na atualidade com relação à formação de professores, pois a Educação Infantil é marcada por diversidades. Nesse ponto de vista a autora adverte:

A educação infantil, marcada por um quadro de desigualdades, não só nas possibilidades de acesso, mas também na qualidade do atendimento e no imaginário, tem na questão do gênero mais uma variável para a desvalorização do trabalho dos profissionais que se dedicam ao atendimento das crianças de 0 a 6 anos. Ao ser enfatizado o jeito, acaba-se por aceitar pessoas com pouca ou nenhuma formação, o que leva a uma baixa remuneração e uma alta rotatividade, pois não há perspectiva em torno de carreira.(KRAMER, 2002)

Dessa forma, o professor deve estar sempre buscando formação e refletindo sobre sua prática pedagógica, para assim conseguir trabalhar com o imprevisível, o heterogêneo, o incerto e os conflitos que aparecem no trabalho do professor, de forma a vencer todos os obstáculos vivenciados no seu dia a dia. Todavia, para que o docente seja consagrado como o grande responsável do processo educativo é

essencial que se invista nele, pois quaisquer aspectos materiais oferecidos pelas instituições não se iguala a importância do papel do professor.

Contudo, a competência de sua formação é indispensável para o desenvolvimento da educação e do ensino, no entanto, devemos analisar a formação do profissional da educação e simultaneamente apresentar a luta pela valorização docente, haja vista que o educador deve encontrar uma melhor formação, não apenas repassando conhecimentos e sim é preciso ser mais criativos em suas propostas e ter um novo olhar aos seus alunos, enxergando-os em suas possibilidades e não em suas limitações, visto que a atualização do educador amplia sua condição de administrar aprendizagens que envolvem a formação total do estudante.

Dessa forma, a formação do professor estar de acordo com a formação do cidadão, logo um educador crítico, independente, colaborador, criativo e comprometido é um professor que educa para a cidadania, onde a sua formação deve ser contínua, relacionada a prática, pois é a partir das experiências que o professor percebe suas competências e procura fazer um trabalho de acordo com as peculiaridades infantis.

Portanto, é preciso construir um cotidiano que propicie situações desafiadoras, provocantes e agradáveis para aumentar as possibilidades da criança de se unir com o outro, de ser cuidada, de pensar, brincar, solucionar problemas, de apoderar-se de diferentes linguagens e saberes, enfim, as práticas educativas precisam estar preparadas para retribuir as particularidades de cada criança de maneira que seus direitos sejam respeitados. Dessa forma, compreende-se que:

As práticas envolvidas nos atos de alimentar-se, tomar banho, trocar fraldas e controlar os esfíncteres, na escolha do que vestir, na atenção aos riscos de adoecimento mais fácil nessa faixa etária, no âmbito da Educação Infantil, não são apenas práticas que respeitam o direito da criança de ser bem atendida nesses aspectos, como cumprimento do respeito a sua dignidade como pessoa humana. Elas são também práticas que respeitam e atendem ao direito da criança de ser bem atendida nesses aspectos, como cumprimento do respeito a sua dignidade como pessoa humana. (BRASIL, 2009).

Portanto, observa-se que o trabalho pedagógico com as crianças de Educação Infantil refere-se a uma estrutura organizada de atividades orientadas e

divertidas que promovam o desenvolvimento infantil, haja vista que o trabalho do professor deve socializar-se as ações do brincar, cuidar e educar.

4 A PROFISSIONALIZAÇÃO DA DOCÊNCIA

O processo de profissionalização docente, historicamente, esteve sempre vivenciado por dificuldades, pois, o professor, inicialmente, segundo Nóvoa (1995) esteve atrelado à Igreja, posteriormente pelo Estado e por outras instâncias de diferentes níveis. Aliado a isto, o fato dos professores não serem regidos por um conjunto moral que movesse a profissão e não contarem com corporações de classe eficientes.

Desde a década de noventa do século passado, as discussões acerca da profissão docente adquiriram grande relevância na sociedade como um todo e também nos meios acadêmicos. Neste período, iniciaram-se intensas discussões, tanto nacionais quanto internacionais, sobre o papel da universidade, da escola e dos professores na formação dos docentes para atuarem no contexto atual. Na atualidade, tem-se assistido, no âmbito do trabalho docente, a uma crescente perda da autonomia; a um processo de precarização da profissão. A profissionalização passa, assim, por uma elevação do nível real de qualificação.

Define-se em parte por características objetivas, mas também por uma identidade, uma forma de representar a profissão e suas responsabilidades, tendo, portanto, uma ética, dentre outros. Na fundamentação acerca da profissionalização docente, a produção acadêmica atual está representada por autores como: Contreras (2002), Nóvoa (1995), Veiga (2005), dentre outros.

Considerando pontos de vistas bem peculiares a cada autor, os mesmos, em sua maioria, se posicionam, de uma maneira geral, compreendendo o processo de construção da profissionalização do docente como sendo importante a se considerar trocas que ocorrem dentro do processo de ensino; uma perspectiva conceptual sobre um fazer pedagógico que contrapõe um papel tradicional de mero transmissor de conhecimentos ao de facilitador da aprendizagem dos alunos, numa linha de construção.

Falar sobre profissionalismo implica para alguns, uma nova estratégia de mobilidade social ascendente dos professores, com a qual pretendem alcançar um melhor status e mais poder. Para Wilensky (1964), a profissionalização é um

conceito dinâmico que considera a convivência de certas ocupações que são levadas a uma crescente profissionalização, por imitação de certas características das profissões já estabelecidas. O forte discurso da profissionalização pode ser uma das alternativas de resistência a este desprestígio. Inicialmente esta foi uma aspiração das lutas sindicais e de representações docentes ligadas, especialmente, à defesa dos planos de carreira e profissionalidade.

Alcançado este patamar, a possibilidade de profissionalização passou a ser discutida no âmbito da formação e da recuperação do status social, defendendo a necessidade de investir na qualidade da educação. Efetivamente quando a sociologia atual estuda a profissionalização de uma profissão, deve comprovar-se cumpre com uma série de características que se atribuem ao modelo tradicional de profissionalização, de semiprofissionalização e de desprofissionalização. Considerando a educação de uma forma bem particular, sabe-se que a mesma não tem uma única interpretação, existe uma grande complexidade em defini-la.

Então, para se buscar uma nova profissionalização docente, é necessária a mobilização dos professores em torno de seus saberes, para que assumam seus papéis como produtores de sua profissão. Perrenoud (1993) percebe que a profissionalização será tanto melhor quanto os atores tenham uma concepção clara e exigente. Esta é a chave, segundo o autor, de se pensar em necessidades formativas para que o professor possa ter as suas solicitações atendidas rumo a um trabalho pedagógico mais consistente.

Tal concepção passa pela compreensão que se tem da prática habitual das necessidades e das possibilidades pessoais (necessidades subjetivas), profissionais (necessidades intersubjetivas) que fundam e/ou são fundadas pelas exigências da escola (necessidades objetivas), em busca da prática desejada.

Imbernón (2000) define profissionalização como sendo o processo socializador de aquisição de características que são extremamente experimentadas no seio das ações que o professor realiza. Que interferem diretamente na sua prática, gerando capacidades específicas na profissão.

Contreras (2002), por sua vez, argumenta que a profissionalização é uma condição importante para que os professores sejam tratados como profissionais. Enfatiza, entretanto, que há uma armadilha nesta concepção: é preciso saber se o que as profissões representam socialmente é uma aspiração desejável para o

ensino, evitando, dessa maneira, incompreensões que possam a vir criar uma não assimilação coerente sobre esta questão.

A profissionalização depende, entre muitos fatores, de como o professor compreende e analisa as suas práticas educativas. Como articula saberes da docência no seu ato de ensinar; de que maneira reflete na ação diante do inesperado e do desconhecido. Tudo isto constitui grande parte de sua atividade, bem como reflete sua prática educativa distanciada do dia-a-dia na busca por novas possibilidades de agir no ensino.

Como bem expressa Nóvoa (1995) a formação é um ciclo que abrange a experiência como aluno e prossegue por todo o exercício profissional. Com isso, a formação passa a ser entendida como a síntese dos conhecimentos/experiências vividos antes e durante a formação inicial e continuada.

A profissionalização engloba todas as ações e medidas de que se faz uso direta ou indiretamente para produzir melhorias no desempenho das atividades profissionais. No campo da docência isto implica em uma mudança de paradigma, devendo-se transpor o modelo dominante, em que o professor assume o papel de mero executor de tarefas elaboradas por especialistas, para se colocar em um novo paradigma, que é o da profissionalização, no qual ele deverá assumir a condição de autor da própria identidade profissional, de acordo com o contexto próprio onde é forjada esta identidade.

Embora a formação seja um elemento fundamental ao processo de profissionalização, pois em decorrência do seu caráter eminentemente formativo, configura-se como um fator indispensável à construção do papel profissional, ela não se caracteriza como o único aspecto constituinte da profissionalização. O conceito de profissionalização agrega ainda outras questões, que são essenciais à sua implementação, as quais envolvem alternativas que possibilitem melhorias nas condições de trabalho e de desempenho da função, em consonância com as práticas pedagógicas que foram sendo desenvolvidas ao longo da trajetória profissional.

Neste sentido, a profissionalização materializa-se como um processo bastante complexo, pois dela tomam parte diversas instâncias e grupos sociais com olhares divergentes sobre muitos aspectos, no qual políticas de resistência e contestação estabelecem contínuas negociações.

Outro elemento que toma parte do processo de profissionalização é o profissionalismo, definido como as características e capacidades específicas da profissão. Este numa nova perspectiva deverá estar fundamentado em um direcionamento ético, especialmente no que se refere “[...] à prestação de serviços de qualidade” (VEIGA, 2005, p. 27), estando pautado em princípios educacionais democráticos e no respeito aos valores dos profissionais.

O profissionalismo da docência está ligado às normas da corporação e à opção pessoal e habilita o professor a assumir responsabilidades. Entretanto, o desenvolvimento dessa competência exige do professor seu exercício e, isto não é possível sem a autonomia profissional.

Torna-se oportuno esclarecer que esse novo paradigma de profissionalismo, ainda que demarcado pela necessidade de acompanhamento das ações educativas, resguardada a autonomia que é própria à profissão, deverá se opor ao conceito de profissionalismo em uma perspectiva puramente técnica, instrumental e burocratizada, que se desenvolve externamente à prática, nos moldes neoliberais. Ressalta-se o imperativo de que ele não seja absorvido na visão do discurso oficial onde exerce função controladora, disciplinar e ideológica, centrado especificamente na ideia de competência.

Reunidos estes elementos, que de acordo com a literatura específica das profissões, determinam a constituição da profissão e demarcam as especificidades inerentes ao trabalho, caracterizando-o como um conhecimento que é próprio de um grupo distinto de profissionais, detentores de um saber e fazer específicos configura-se o processo de profissionalização. Sendo que este é definido “[...] como um projeto sociológico que se volta à dignidade e o status social da profissão, abrangendo ainda as condições de trabalho, a remuneração e a consideração social de seus membros”. (VEIGA, 2005, p.31).

5 FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Com o propósito de atender as necessidades deixadas pela formação inicial, a formação continuada tem a intenção de atualizar o docente para o aperfeiçoamento dos seus conhecimentos e para a elaboração da identidade do educador Infantil, visto que o mesmo necessita do reconhecimento da valorização profissional.

A formação contínua de professores está essencialmente ligada à qualidade de ensino que o educador pode desenvolver nas instituições de Educação Infantil, dessa maneira, é possível entender que os educadores infantis necessitam de formações continuadas, para desempenhar a sua função de maneira dinâmica, onde possa oportunizar o desenvolvimento infantil, proporcionando o avanço das experiências das crianças e de seus ensinamentos.

No entanto, para que a formação ocorra como uma ação contínua e adaptada ao dia a dia, representada não unicamente como necessidade, mas como direito e premissa para o oferecimento de uma Educação Infantil de qualidade, Kramer (2005) nos mostra que a formação é imprescindível não apenas para aperfeiçoar a ação do professor ou a prática pedagógica, pois a formação é um direito dos professores, é conquista e direito da população, por uma escola pública de qualidade.

Para que os processos de formação provoquem mudanças, é necessário que as práticas concretas feitas em creches, pré-escolas e escolas sejam o início para as mudanças que pretende realizar. Assim, sendo a formação continuada um direito e um dever dos profissionais, e dever dos mantenedores das escolas, das secretarias de educação, no caso das redes públicas de ensino, cabe aos responsáveis legais, garantir que tal regulamento aconteça de forma satisfatória. Afinal, é dever da instituição mantenedora da escola ou sistema escolar ajudar a avançada construção da competência profissional do professor.

De acordo com a constituição de 1988, vimos que a educação é um direito social, um direito de todos e um dever do Estado e da família, a partir daí, houve outros discursos sobre a necessidade da formação de professores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), artigo 67, determina que:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais de educação, assegurando-lhes: [...] aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; [...] período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho. (BRASIL, 1996).

Os Referenciais para Formação de Professores (BRASIL, 1999) reafirmam essa orientação:

A atualização, o aprofundamento dos conhecimentos profissionais e o desenvolvimento da capacidade de reflexão sobre o trabalho educativo deverão ser promovidos a partir de processos de formação continuada que se realizarão na escola onde cada professor trabalha e em ações realizadas pelas Secretarias de Educação e outras instituições formadoras, envolvendo equipes de uma ou mais escolas. (BRASIL, 1999).

Ainda falando em legislação, o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), caracteriza na formação continuada dos professores um dos pré-requisitos indispensáveis para o reconhecimento do magistério e para uma educação de qualidade: “é fundamental manter na rede de ensino e com perspectivas de aperfeiçoamento constante os bons profissionais do magistério”. O Sistema Nacional de Formação Continuada de Professores (BRASIL, 2003) verifica que “uma política nacional de valorização, formação inicial e continuada dos profissionais da educação precisa ser implantada urgentemente”.

Nesse sentido, a formação contínua identifica-se como presença importantíssima a ser considerada, devendo estar intrinsecamente vinculada a prática docente, de maneira que os conhecimentos e as experiências construídos durante a formação inicial possam ser retificados e reconstruídos ao longo da profissão, em um método que proporcione o aperfeiçoamento profissional do professor. Com base no exposto, a formação de professores pode ser entendida como um:

Processo contínuo de permanente desenvolvimento, o que pede do professor disponibilidade para a aprendizagem; da formação, que o ensine a aprender; e do sistema escolar no qual se insere como profissionais condições para continuar aprendendo. Ser profissional implica ser capaz de aprender sempre. (BRASIL, 2002, p. 63).

Portanto, é preciso compreender que formar professor é de certa forma experimentar contínuos desafios e ter como apoio essencial, a prática reflexiva encaminhada pela pesquisa, dessa forma, foi se representando no presente contexto educacional, um movimento de buscas, reflexões e pesquisas propícias a construção de novos caminhos para a formação contínua de professores, os quais poderiam ser reduzidos em torno de três teses discutidas por Candau (1996):

- a escola de educação básica como o lócus a ser privilegiado nas ações de formação contínua.
- os saberes docentes como referência de todo e qualquer processo de formação contínua.
- as diferentes etapas do desenvolvimento profissional docente a serem consideradas nos processos de formação contínua.

Haja vista que a formação continuada necessita começar das dificuldades do cotidiano escolar do professor; valorizar o saber docente e sua experiência e resgatar a construção da prática pedagógica. Daí, vemos que é de fundamental importância um programa de formação continuada que seja capaz de qualificar professores e mostrar que a relação entre teoria e prática são fundamentais, pois a teoria ajudará os mesmos entender melhor a sua prática e a lhe dar sentido e, portanto, que a prática oferece melhor o entendimento da teoria.

Nesse contexto, a importância da formação continuada é, enfim, reconhecida pelas autoridades e pelos elaboradores de políticas como imprescindível para que os professores completem o vazio de sua formação inicial e tenham segurança em sua prática diante das transformações que estão acontecendo na sociedade e na educação. Identifica-se, deste modo, que a formação continuada, pensada em novos parâmetros como uma das dimensões da formação docente, é a maneira mais eficaz para manter os professores constantemente atualizados sobre as modificações na educação e, o mais importante, caminhar pela reflexão a teoria e a prática.

6 METODOLOGIA

Neste capítulo, são apresentados o percurso metodológico desta pesquisa em forma de monografia. Aqui são descritas as etapas da pesquisa, bem como a construção do questionário e a sua efetivação. A metodologia está baseada no cabedal teórico de Oliveira (2012), Hermida (2009) na literatura relacionada ao estudo da educação infantil e, em Minayo (2010); em Gil (1999); Marconi e Lakatos (1996), dentre outros, no percurso metodológico.

6.1 O CONTEXTO EMPÍRICO DA PESQUISA

A pesquisa empírica foi realizada nas creches e escolas da Educação Infantil no Município de Remígio. O critério da escolha das instituições para ser o campo de pesquisa se deu pela quantidade considerável de professores e pela disponibilidade dos mesmos.

6.1.1 Os sujeitos da pesquisa

O estudo foi desenvolvido com 30 professoras que exercem atividades nas diversas instituições de ensino da cidade.

6.1.2 Tipo de pesquisa

A perspectiva metodológica empírica do presente trabalho se situa de acordo com os objetivos deste estudo. Assim, optamos pela realização de uma pesquisa do tipo *qualitativa-descritiva*. Nesse tipo de pesquisa, conforme apresenta Minayo (2008) dedica-se especial atenção ao universo de significados sem a pretensão de construir leis gerais. Ressaltamos, no entanto, que este tipo de abordagem não desconsidera a dimensão quantitativa presente nos dados, já que quantitativo e qualitativo não se opõem, mas se complementam numa relação dialética que se estabelecem entre si.

Pesquisas descritivas servem para encontrar e descrever características de certa população. Gil (1999, p.44) explica que “são inúmeros os estudos que podem

ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados”.

De acordo com Minayo (2010) “o uso de métodos quantitativos tem o objetivo de trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis ou produzir modelos teóricos de alta abstração com aplicabilidade prática”. Já o método qualitativo se conforma melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de documentos (MINAYO, 2010, p. 57).

Com efeito, a partir dessa visão, percebe-se que as duas abordagens, qualitativa e quantitativa, vistas até certo tempo como antagônicas, podem apresentar um resultado mais considerável e significativo, se utilizadas na pesquisa de um mesmo problema.

Aceita esta complementaridade entre as duas abordagens, é necessário identificar as melhores maneiras de se incorporá-las dentro da pesquisa. A pesquisa quantitativa poderá ser utilizada quando se parte de objetos de estudo sobre os quais já se possui conhecimentos suficientes sobre o tema; ao contrário de temas sobre os quais ainda não se tem desenvolvido conhecimento adequado, teórico e conceitual e devem ser utilizados os métodos qualitativos, que auxiliam na construção do objeto estudado. Nesse sentido, Minayo (2010) afirma ser possível a possibilidade de usar os dois métodos.

Portanto, em nosso trabalho, optamos por esta sistemática, pois “a combinação de métodos”, no entanto, constitui-se como um desafio, porque, na prática científica contemporânea, abordagens qualitativas e quantitativas passaram a significar não apenas duas formas “profissionalmente distintas” de aprender e compreender o real, mas duas modalidades de investigação com campos teóricos próprios (MINAYO, 2010, p. 63).

Este sentido que envolve o paradigma qualitativo/quantitativo defende um modelo de homem e de mundo que permite visualizá-lo a partir de um processo histórico, dinâmico, dentro de um contexto que vai além da complementaridade de estratégias metodológicas qualitativas e quantitativas. Nesse entendimento, a pesquisa qualitativa se configura como uma área de trabalho onde se aprofunda e amplia as discussões no campo quantitativo, enquanto que a pesquisa quantitativa permite a mensuração de opiniões, atitudes em um dado universo onde os procedimentos estatísticos são considerados.

6.1.3 Instrumento utilizado

Portanto, o questionário **semi-estruturado** (com cinco questões fechadas e três abertas) foi utilizado nesse percurso metodológico. Minayo (2010) considera que o questionário semi-estruturado combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador. As questões fechadas foram formuladas para ser analisadas de acordo com a Estatística Descritiva. A organização dos dados foi feita através de técnicas quantitativas e qualitativas.

As questões abertas foram elaboradas no sentido de se utilizar de técnicas qualitativas visando posterior análise e interpretação, através da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (1977). Para Minayo (2010), a análise de conteúdo é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas”. Na visão da autora, constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada, e tem duas funções: a verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Tais funções podem ser complementares, com aplicação tanto em pesquisas qualitativas como quantitativas.

A escolha pelo instrumento de coleta de dados acima mencionado favoreceu apresentar a profissionalização da docência no município de Remígio/PB na educação infantil a partir do que pensam os seus professores.

Dentre as vantagens dos questionários, Laville (1999) diz que os mesmos “se tornam econômicos no uso e permitem alcançar rápida e simultaneamente um grande número de pessoas, uma vez que elas respondem sem que seja necessário enviar-lhes um entrevistador”. A uniformização assegura de outro lado, que cada pessoa veja as questões formuladas da mesma maneira, na mesma ordem e acompanhadas da mesma opção de respostas, o que facilita a compilação e a comparação das respostas escolhidas e permite recorrer ao aparelho estatístico quando chega o momento da análise.

Quanto às desvantagens do uso de questionários, Marconi e Lakatos (2003) afirmam que durante a aplicação deste instrumento, pode haver limitações e dificuldades de compreensão por parte dos participantes e levar a uma uniformidade aparente. Os autores também chamam à atenção quanto ao desconhecimento das

circunstâncias em que for respondido e, que antes de responder uma determinada questão, uma pode influenciar a outra.

Neste estudo foi pertinente a utilização de um instrumento que favorecesse a obtenção de dados significativos e que traduzissem as necessidades formativas das professoras de uma maneira prática, porém eficiente, em função do tempo que tínhamos para fazer a coleta. Marconi e Lakatos (1996) enfatizam que no uso de questionários na coleta de dados utilizam-se menos pessoas para ser executada e proporcionam economia de custo, além de não sofrer influência do entrevistador.

As questões fechadas foram formuladas para ser analisadas de acordo com a *Estatística Descritiva*. A organização dos dados foi feita através de técnicas quantitativas e qualitativas.

Na questão de número 1 *O que é ser um (a) professor (a) de Educação Infantil* queria-se saber das professoras a maneira como elas compreendem a docência neste nível de ensino. Então, as alternativas eram compostas pelas palavras: *vocação, compromisso, trabalho, responsabilidade e, não sei informar*. Esta última palavra, estava contida em todas as questões.

A segunda questão: *Quais as dificuldades encontradas para exercer sua profissão* levava às professoras afirmar suas dificuldades, empecilhos encontrados no cotidiano. *Falta de apoio, falta de acompanhamento dos pais, melhores salários e ausência de formação continuada* eram as alternativas.

A questão de número 3 *Por que você quis ser professor (a) na Educação Infantil* perguntava às docentes o que as motivou na escolha da profissão. As alternativas foram: *gostar de crianças, vocação, falta de uma outra opção e seguir a profissão dos pais*.

A questão 4 *Quando chegam as orientações advindas de políticas educacionais para você fazer uma atualização profissional advinda dos órgãos superiores, como a Secretaria de Educação, você:* remetia às professoras informar se havia interesse na formação continuada, haja vista a necessidade da profissionalização ser algo evidente e necessário.

Na última questão, a de número 5: *Se pudesse refazer um curso de graduação você faria em* se pretendia verificar se realmente a docência em Pedagogia era a primeira opção de carreira ou se estavam ali por falta de opções ou momentaneamente “ocupando um tempo” enquanto não mudava de ocupação ou mesmo investindo numa outra graduação.

Nas questões abertas, deixamos as participantes bem à vontade para que respondessem de uma maneira pessoal suas reais necessidades visando à tão necessária profissionalização. Nesse sentido, a primeira questão, a de número 6, perguntava: *Qual é a sua formação acadêmica inicial?* Esta pergunta foi intencionalmente pensada pois queríamos observar se as professoras além de terem uma fundamentação específica em Pedagogia, se tinham feito outro curso de graduação.

Na segunda questão (número 7) *O que está faltando para você exercer uma prática profissional com mais entusiasmo?* Instigava às pesquisadas a apresentar num âmbito geral as suas maiores dificuldades para o desenvolvimento da sua ação docente.

A última questão (a de número 8) *Você estaria disposto (a) a fazer curso (s) de Formação Continuada (Especialização) na sua área profissional? Qual (is)?* foi pensada objetivando, por acharmos necessária a profissionalização da docência, que as professores despertassem para esta necessidade profissional, haja vista a sociedade exigir dos professores, nos dias atuais, uma maior capacitação e competência profissional para se posicionarem melhor na profissão.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

7.1 RESPOSTAS DAS DOCENTES NAS QUESTÕES FECHADAS

Respondendo à primeira questão do questionário, 1 as participantes foram questionadas sobre o que é ser professora na Educação Infantil. Os dados podem ser vistos conforme a tabela abaixo:

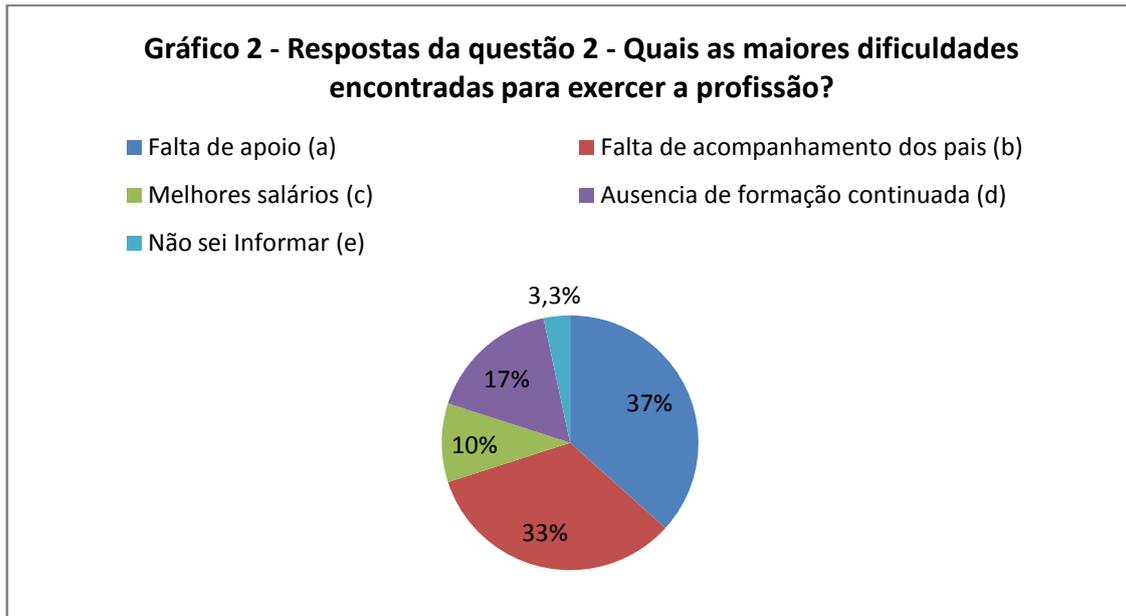
Tabela 1 - Respostas da questão 1 -O que é ser um(a) professor(a) de Educação Infantil?

Respostas	Incidência	%
Vocação	14	46,7
Responsabilidade	10	33,3
Compromisso	5	16,7
Trabalho	1	3,3
Não informou	0	0,0
Total	30	100,0

Fonte: a autora

A maioria das docentes (46,7%) disse que ser professora na Educação Infantil é vocação. Ensinar é visto como uma vocação e a melhor resposta é o sucesso futuro dos alunos. Para Rubem Alves: “ professor é profissão, não é algo que se define por dentro, por amor. Educador, ao contrário, não é profissão, é vocação. E toda uma vocação nasce de um grande amor, de uma grande esperança” (apud Feracine 1998, p. 50), haja vista que o professor precisa se dedicar ao seu compromisso profissional para assim realizar-se tanto no plano profissional como no pessoal. Talvez aí seja um dos motivos para tanta desvalorização nesse nível de ensino, como, a perceber pela fala das entrevistadas, não se tem consolidada a natureza do trabalho docente com a sua profissionalização.

Na questão de número 2 *Quais as maiores dificuldades encontradas para exercer a profissão?* Trinta e seis vírgula sete (36,7%) das entrevistadas disseram que a falta de apoio é uma das maiores dificuldades enfrentadas nessa profissão, pois, muitas vezes precisam de apoio por parte do poder público. Porém, o mesmo não prioriza a educação como deveria.



Procurando o despertar da sociedade, Cunha (2006) entende que hoje a educação não é uma prioridade para a sociedade brasileira. É necessário que o Estado demonstre a importância da educação de qualidade como estratégia de confronto as problemáticas sociais.

No item 3, conforme a tabela abaixo, as docentes foram questionadas sobre o por que ser professor na Educação infantil.

Tabela 2 - Respostas da questão 3 -Por que você quis ser professor(a) na Educação Infantil?

Respostas	Incidência	%
Gostar de crianças	17	56,7
Vocação	12	40,0
Falta de outra opção	0	0,0
Seguir a mesma profissão dos pais	0	0,0
Não informou	1	3,3
Total	30	100,0

Fonte: a autora

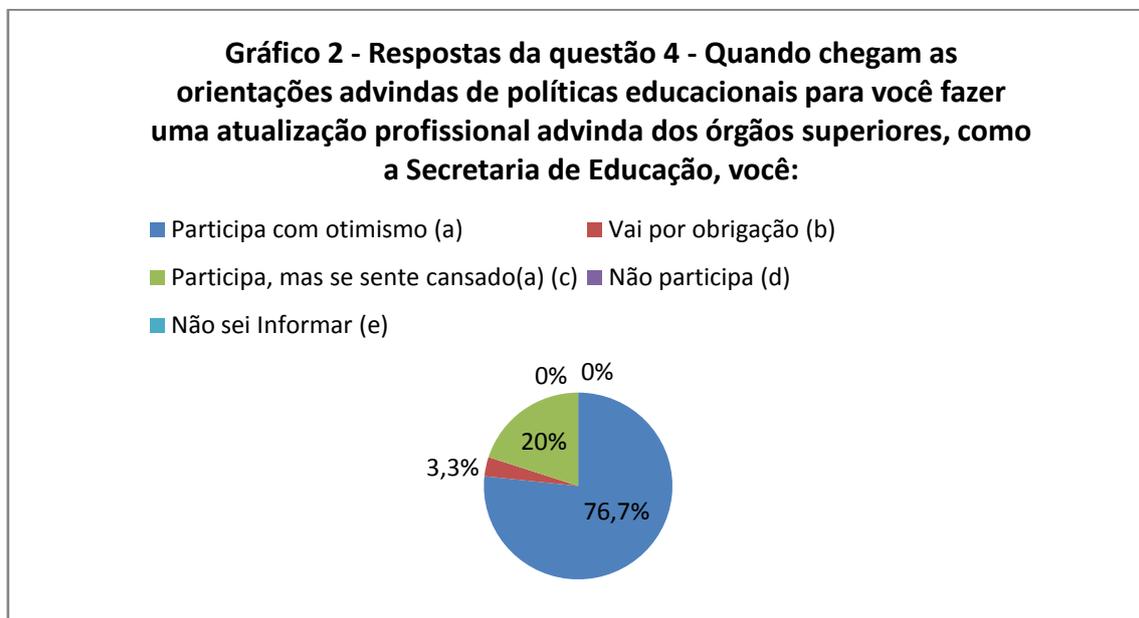
Em maior número (56,7%) responderam que quis ser professora por gostar de crianças. O profissional de educação infantil deve ser um profissional consciente de sua imensa responsabilidade, incentivar, apoiar, estimular e educar, enfim, o

professor precisa conhecer as características da criança para planejar suas aulas tendo em vista o respeito e o comprometimento com elas.

Oliveira et al (2012) falam que: “o professor que acompanha a criança no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, além de olhar para a criança, precisa também ouvir o que ela tem a dizer”. É preciso ter comprometimento, ser criativo e reflexivo proporcionando às crianças o bem-estar físico e emocional na construção de conhecimento sentimentos, respeito, troca de compreensão, alegria, confiança ente outros.

Ao professor compete a concretização dessa articulação junto à criança, que demonstra em suas brincadeiras a sua grande capacidade de vivenciar a emoção, a razão, a natureza e a cultura”. Por isso, O professor de educação infantil deve acreditar nele mesmo e estar sempre preparado para ser um pesquisador capaz de avaliar várias formas de aprendizagem que estimule sua prática cotidiana.

Na quarta questão as educadoras são levadas a pensar sobre a questão da formação continuada como forma de atualização profissional.



Mesmo exercendo a labuta da docência em meio a grandes dificuldades (76,7%) das entrevistadas disseram que participa com otimismo. Nos dias de hoje a busca pela qualificação profissional está cada vez mais presente na vida dos

professores e dos demais profissionais. Libâneo (1998) acredita que os momentos de formação continuada levam os professores a uma ação reflexiva. Uma vez que após o desenvolvimento da sua prática, os professores poderão reformular as atividades para um próximo momento, repensando os pontos positivos e negativos ocorridos durante o desenrolar da aula.

Assim como Libâneo (2001), os professores participantes da pesquisa entendem que a formação continuada e a prática reflexiva, são fundamentais para uma mudança e uma conseqüente melhoria da atuação profissional. Assim a maneira ideal para que seja realizada a formação contínua ocorre através de um trabalho coletivo, onde o profissional aprenda através da experiência dos seus colegas, tornando-se assim um profissional reflexivo, preocupado com os resultados apresentados durante a sua atuação.

No item 5, as professoras foram perguntadas com relação ao curso de graduação. Se exerciam a docência através do curso de Pedagogia por vontade própria, ou se pudessem refazer um outro curso superior, qual escolheria. As respostas podem ser vistas de acordo com a seguinte tabela:

Tabela 3 - Respostas da questão 5 -Se pudesse refazer um curso de graduação você faria em:

Respostas	Incidência	%
Pedagogia	17	56,7%
Não faria nenhum outro curso	5	16,7
Curso na área de Tecnologia	2	6,7
Curso na área de Saúde	4	13,3
Não informou	2	6,7
Total	30	100,0

Fonte: a autora

Consolidando o papel dos pedagogos nesse nível de ensino (56,7%) das entrevistadas afirmaram que fariam Pedagogia novamente. Segundo Libâneo, o pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista, objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. (LIBÂNEO,1996).

É importante frisar que nem sempre é fácil para o pedagogo trabalhar com tantas novidades dentro da educação atual, pois a procura em sempre se atualizar e buscar novos conhecimentos é algo que deveria ser rotina na vida do professor, pois somente assim ele teria condições em lidar com esses desafios da educação contemporânea, que o submete a sair da sala de aula e atuar no dia-a-dia escolar juntamente com os alunos na busca de uma educação de qualidade.

7.2 RESPOSTAS DAS DOCENTES NAS QUESTÕES ABERTAS

Ao responderem a primeira questão aberta do questionário, as professoras informaram sobre a sua formação acadêmica inicial; das 30 professoras entrevistadas, 15 responderam que possuem licenciatura em Pedagogia e 8 estão cursando a mesma licenciatura, ou seja, Pedagogia. As demais professoras têm um curso em outra área, como em Letras, ou apenas o curso de Magistério.

Na segunda questão aberta, as docentes responderam sobre a sua prática profissional vinculada a cursos, atualizações e outros elementos que se fazem presentes com vistas a sua melhor atuação como professoras. Dez docentes responderam que as ausências de políticas públicas educacionais influenciam nas suas práticas em sala de aula. Nove disseram que estão faltando políticas de formação continuada na área da educação infantil no município. Percebe-se, em suas falas, que as mesmas precisam de um olhar mais atencioso das autoridades que lidam com a pasta da educação.

Na última questão aberta, ao serem perguntadas se aceitariam fazer um curso de especialização para melhorar as habilidades e competências, adquirindo assim condições profissionais mais contundentes, observou-se que as docentes têm a necessidade de buscar formação continuada para aperfeiçoar a sua profissionalização.

Ao responderem à questão, dez professoras disseram pretendem fazer um curso de especialização em Educação Infantil, demonstrando que o objetivo maior é ter um melhor aperfeiçoamento dentro da sua prática como educadora, reafirmando a necessidade de uma sequência na carreira docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser um profissional docente na Educação Infantil, faz do professor um ser que abrange mais que a rotina de sala de aula; completa-se pelo cuidado de perceber a necessidade em se ter um olhar zeloso sobre a criança, um olhar que o acompanhe em casa e fora dela, e principalmente sua ação docente vinculada à uma profissionalização.

Observa-se que no âmbito do trabalho docente, com o processo de precarização da profissão, altera-se a concepção tradicional de ensinar para uma nova perspectiva conceitual sobre um fazer pedagógico que contrapõe o papel de mero transmissor de conhecimentos ao de facilitador da aprendizagem. Então, faz-se urgente a necessidade de ampla análise do professor com relação às suas práticas educativas, a fim de melhor articular os saberes da docência no seu ato de ensinar, em que a sua carreira não se estacione, pelo contrário, passe a ser entendida como a síntese dos conhecimentos/experiências vividos antes e depois da formação inicial.

Além da formação inicial, a formação continuada deve ser compreendida como algo necessário, na intenção do aperfeiçoamento ser de acordo com os desafios impostos no seu cotidiano. E que isso seja visto como ação válida para o reconhecimento da valorização profissional, uma vez que sua prática pedagógica ser fundamental diante das vastas transformações que ocorrem no cotidiano da sociedade contemporânea.

Que o professor na educação infantil seja um (a) profissional com uma fundamentação política, que possa ter consciência do seu papel na formação dos sujeitos, ser conhecedor do seu papel na vida das crianças, que dependem da sua ação. Nesse sentido, a sua prática pedagógica deve não mais aceitar apenas momentos de recreação e lazer, mas como ferramenta usada pela mente para explorar todas as inteligências e para transformar de forma significativa a maneira de pensar da criança. Ao mesmo instante, que o seu olhar sobre o desenvolvimento humano não seja de apenas encanto e jamais de infantilização, mas de integral comprometimento com a profissão, com as conquistas da ciência e com o trabalho. Para tanto, é necessário que haja envolvimento, afeto, dedicação,

pois somente assim formar-se-á cidadãos mais reflexivos que contribuirão para uma sociedade melhor.

Neste cenário de mudanças, transformações e descobertas, faz-se necessário investigar o quanto inserido está o Educador Infantil, estando ou não ciente do seu papel em transformação, se auto avaliam quando se deparam com estas novas teorias, diretrizes e práticas. Assim, pelo que foi aferido como resultado deste trabalho de pesquisa, podemos perceber que o professor tem um papel fundamental no processo de mudanças dentro da educação atual, onde o principal método para uma educação de qualidade está na formação e valorização do profissional docente.

Ao se fazer uma pesquisa na educação infantil com vistas a encontrarmos elementos para a sua profissionalização requer considerar diferentes aspectos que interferem e constituem diretamente a profissionalidade do professor, desde os saberes que possui e as formas de aquisição do conhecimento. Ao mesmo tempo devem ser igualmente consideradas as condições de trabalho, os desafios da ação docente no dia a dia da escola, o reconhecimento social da profissão e sua valorização, bem como as expectativas e contradições que cercam a profissão.

Ao final deste estudo, o qual se prontificou a caracterizar o perfil de professores que atuam nas escolas de Educação Infantil na cidade de Remígio-PB, em que se objetivou a compreender a prática pedagógica de docentes nas creches e escolas, o que se percebe de mais evidente na fala das professoras pesquisadas, diz respeito a uma necessidade de formação continuada sequenciando a profissionalização da docência e, por que não dizer, se atualizando para os desafios que estão por vir.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Rouberval Barboza do. **Relatório de Estágio nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental**. 2012. Disponível em: <http://roubervalbarboza.wordpress.com/tag/relatorio-de-estagio/> Acesso em 08 jun15.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 14 jun15.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm acesso em 01 jun 15.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm acesso em 14/06/15

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEF, 1998.

BULGRAEN, Vanessa C. **O Papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento**. Revista Conteúdo, Capivari, 2010. Disponível em: <http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/46/39>. Acesso em 28mai 15.

CARVALHO, Denise Maria de; CARVALHO, Tânia Câmara Araújo de. **Educação Infantil: História, Contemporaneidade e Formação de Professores**. 2010. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3117.pdf>. Acesso em: 28mai 15.

DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini, et al. **Necessidades formativas de professores de redes municipais: contribuições para a formação de professores crítico-reflexivo** [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

HERMIDA, Jorge Fernando. **Educação Infantil: políticas e fundamentos**. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2009.

HERMIDA, Jorge Fernando; SILVA, Rosa Maria Soares da. **Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental: Formação de Professores**. João Pessoa: UFPB, 2009.

JANUÁRIO, Gilberto. **O Estágio Supervisionado e suas contribuições para a prática pedagógica do professor**. Natal: EdUFRN, 2005. Disponível em: <http://www.edc.ufrn.br/estagio.pdf>. Acesso em 29 mai 15.

NISTA-PICCOLO, Vilma Lení; MOREIRA, Wagner Wey. **Corpo em Movimento na Educação Infantil**. 1. ed.. São Paulo: Telos, 2012.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de et al. **O trabalho do professor na educação infantil**. São Paulo: Bruta, 2012.

SOUSA, Andréia da Silva. **A problematização como metodologia da aprendizagem**. 2011. Disponível em: http://www.ruthyelcriativos.blogspot.com.br/2011/03/problematização-como-metodologia-da_31.html. Acesso em: 28mai 15.